

Organização social do meio urbano

GILBERTO VELHO

e

LUIZ ANTÔNIO MACHADO

O próprio título deste trabalho pode servir-nos de ponto de partida. Não pretendemos, em nenhum momento, isolar o *urbano* como fenômeno e tratá-lo como um domínio autônomo dentro da vida social. Visando a escapar de um determinismo ecológico e de uma dicotomia *rural* e *urbano* que tem marcado intensamente não só parte da produção acadêmica na área, mas principalmente tem presidido políticas de planejamento.

Mas, por outro lado, cumpre estar atento e perceber situações sociais, formas de interação, sociabilidade, etc., que encontrem plena expressão nas cidades. Ao reconhecer objetos particulares no contexto urbano não estamos necessariamente nos filiando a uma “ciência social urbana”, mas simplesmente admitindo que o instrumental das ciências sociais pode ser eficaz no desenvolvimento dos chamados “problemas urbanos”, colocando-os em termos de comparabilidade. Ou seja, estamos preocupados em estudar situações que ocorrem nas cidades sem que tenhamos, forçosamente, de explicá-las pelo fato de estarem ocorrendo naquele quadro espacial. Estaremos fazendo ciência social na cidade e não da cidade. As perguntas que fazemos diante deste objeto não são essencialmente diferentes das que têm sido feitas diante de sociedades tribais, camponesas, etc. Como se organizam essas pessoas? Como subsistem? Quais são seus objetivos? Quais são os símbolos que presidem seu comportamento? Como são suas estratégias de vida? Como resolvem seus conflitos?

Dentro desta linha de trabalho não nos parece sempre fundamental a preocupação de distinguir “fenômenos urbanos”, nem de

ter como primordial a tarefa de marcar os limites entre o rural e o urbano. Pelo contrário, muitas vezes não reconhecemos a generalidade ou universalidade de certos comportamentos, com a preocupação de delimitar etapas e estabelecer compartimentos. Um exemplo disso é a velha discussão sobre laços primários e secundários, especificamente quando se refere à importância relativa do domínio do parentesco. Park, Wirth e outros¹ enfatizaram a quebra de laços tradicionais dentro do meio urbano, a atomização da família extensa e a própria fragilidade da família nuclear, esmagada por instituições “urbanas” como a escola, a burocracia etc. Na medida em que a família deixava de ser uma unidade de produção, por exemplo, verificava-se a perda de uma de suas funções essenciais. Com a autoridade do professor atuando sobre os jovens teríamos um enfraquecimento da autoridade dos pais, tornando a família mais instável. Os exemplos podem multiplicar-se infinitamente. Não pretendemos taxar de absurdas estas colocações enquanto hipóteses. O que aconteceu, no entanto, foi um processo de dogmatização, fazendo com que passasse a ser quase uma verdade do senso comum a pouca importância da família no meio urbano. Ora, existem dados de diferentes contextos que permitem a relativização desta posição. Na pesquisa que um de nós realizou em Copacabana com um extrato social específico — *white collar* — verificou-se a importância crucial dos parentes na vida das pessoas investigadas². Mesmo em apartamentos conjugados foram encontradas várias situações em que viviam sob o mesmo teto não só pais e filhos, mas avós, sobrinhos, tios, primos etc. Embora esta não fosse a regra no prédio estudado, não chegava a ser uma exceção. Constituíam minoria, mas minoria significativa³. Por outro lado, registravam-se situações em que estes grupos domésticos poderiam até apresentar-se como unidades de produção. Uma das famílias estudadas tinha como uma de suas fontes de renda básica a venda de doces. Embora a mãe fosse a responsável e o pai tivesse um emprego regular, sempre que havia maior demanda da clientela, toda a família trabalhava na confecção dos doces, inclusive o pai. Isto poderia ser feito

1 Ver, especialmente, “The city: suggestions for the investigation of human behavior in the urban environment”. In: PARK, R. E.; BURGESS, E. W. e MCKENZIE, R. D. *The city*. The University of Chicago Press, 1925, e WIRTH, Louis, “Urbanism as a Way of Life”, 1938, e *On cities and social life*. The University of Chicago Press, 1964.

2 Ver VELHO, Gilberto. *A utopia urbana: um estudo de Antropologia Social*. Zahar, 1973.

3 VELHO, Gilberto. *Op. cit.*, esp. p. 52.

num clima de brincadeira, mas era uma atividade familiar regular. Situações semelhantes foram encontradas em apartamentos onde filhos e filhas ajudavam a mãe costureira ou que fazia flores artificiais, fornecia refeições etc. Em outros níveis a estratégia de vida das pessoas dependia do apoio dos parentes. Auxílio para tomar conta dos filhos, chamar para fazer refeições regularmente em épocas de maiores dificuldades, apoio para obtenção de empregos etc., apresentavam-se como atividades em que diversos tipos de parentes intervinham. Embora estivessem mais vinculados aos pais e irmãos, avós, tios, primos e cunhados também apareciam com constância nesta rede de auxílio mútuo. No item vestuário verificou-se ser hábito instituído a circulação de roupas entre os parentes, tanto em termos de empréstimo, como em termos de doação, especialmente no tocante às roupas dos filhos. Assim é que um vestido, uma calça, uma blusa de criança poderiam vir a ser usados por três, quatro ou mais pessoas, passando, por exemplo, dos primos mais velhos para os mais novos. A participação intensa e regular em rituais como aniversários, casamentos, enterros etc., servia também para enfatizar os laços entre os parentes. A importância destes fica clara tanto em momentos de crise, como no cotidiano. No caso citado existe fragilidade nos laços de vizinhança mas, talvez por isso mesmo, os parentes podem ser mais essenciais do que em situações "tradicionais" onde os vizinhos desempenhariam papel mais importante. Isto também precisa ser visto com cuidado. Há uma série de trabalhos realizados no meio urbano que mostram como uma forte solidariedade de vizinhança pode aparecer. Pensamos, especificamente, nos trabalhos de Hoggart⁴ e Gans⁵ sobre classe trabalhadora na Inglaterra e nos Estados Unidos. Acontece que, freqüentemente, este tipo de dado leva a interpretações que classificam situações de mais ou menos "urbanas", identificam "ilhas de ruralidade" ou localizam "sobrevivências", "resquícios arcaicos" etc. Trata-se de uma visão evolucionista da sociedade que a vê como um bloco monolítico, deslocando-se em uma direção. Assim, a tendência seria a vida urbana conduzir, inevitavelmente, ao individualismo e à impessoalidade.

Quase todos os trabalhos que tratam do assunto assimilam o individualismo que caracterizaria o meio urbano à sua impessoalidade. Em poucas palavras, a tese é aproximadamente a seguinte:

4. HOBART, Richard. *The uses of literacy*. Penguin Books, 1969

5 GANS, Heibert J. *The urban villagers*. New York, The Free Press, 1969.

o desenvolvimento de relações secundárias, “universalistas”, atomiza a sociedade urbana, desvinculando seus componentes de laços e obrigações de natureza pessoal. Gera-se com isto um clima propício ao aparecimento de uma visão do mundo inteiramente individualista.

No entanto, não parece haver qualquer base empírica para este tipo de argumentação. Em primeiro lugar, não há porque atribuir maior individualismo aos grupos sociais urbanos que aos rurais. Em segundo lugar, não há porque assimilar impessoalidade a individualismo.

Se a tese da impessoalidade, da formalização das relações sociais no meio urbano não se sustenta, muito menos ainda se pode manter a ligação entre impessoalidade e individualismo. Este parece estar relacionado não só às cidades como tal, nem ao surgimento de relações secundárias, mas antes a um determinado modo de organização da produção⁶.

Diversos trabalhos têm mostrado que relações clientelísticas, de compadrio, de parentesco, não apenas caracterizam as zonas rurais, mas mantêm-se com todo vigor nas cidades⁷. Ao mesmo tempo é difícil negar a orientação altamente individualista que caracteriza a visão do mundo tanto dos grupos urbanos, quanto dos rurais⁸. Ocorre que relações pessoais são usadas no sentido de tirar-se delas proveito próprio.

Assim, por exemplo, em certas camadas da população, a capacidade de encontrar trabalho depende da extensão e solidez da rede de contatos pessoais criada pelo trabalhador⁹. Esta chega a ser tão importante que uma boa parte do tempo útil do indivíduo é dedicada a fortalecê-la. Mas o sistema de lealdades que assim se estabelece, não transcende o interesse pessoal. Ao contrário, cada pessoa usa sua rede de contatos para proveito próprio. Mesmo relações de parentesco — que são uma das bases da rede de contatos pessoais — são encaradas da mesma forma. Não é incomum, por exemplo, que

⁶ Ver CASTELIS, Manuel. *La question urbaine*. Paris, Maspero, 1972, esp. “Le mythe de la culture urbaine”. p. 104-117.

⁷ Ver para esta nossa discussão MACHADO DA SILVA, Luís Antônio. *Mercados metropolitanos e trabalho marginal*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1971.

⁸ Ver sobre meio rural o artigo clássico de FOSTER, G. “Peasant society and the image of the limited Good”. *American Anthropologist*, 67:293.315. 67:293.315.

⁹ Ver BORDIEU, Pierre. “Condição de classe e posição de classe”. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo. Perspectiva, 1974.

um parente (sobrinho, primo, filho etc.) seja expulso da casa em que mora por não contribuir financeiramente por um período considerado longo demais.

Qual é a utilidade de continuar distinguindo traços "urbanos" de "rurais" nesses contextos? No caso dos *white collar* copacabaneenses, alguns cujas famílias estão no Rio há duas ou três gerações, ou no dos operários ingleses cujos pais e avós viveram na mesma casa, no mesmo bairro industrial, percebe-se, nitidamente, a fragilidade dessas premissas. Se a cidade consegue conservar pelo espaço de três gerações uma subcultura de raízes "rurais", o mínimo que se pode dizer é que precisamos relativizar esse tipo de determinismo espacial-ecológico. Por outro lado, constatada a continuidade de práticas "rurais" resta perguntar a razão desta persistência e verificar se a sua existência anterior devia-se ao fato de ser "rural" ou se, na realidade, estava atendendo a necessidades e motivações que não podem ser resumidas pela dicotomia rural-urbano.

Podem existir uma coexistência, muito nítida, de estilos de vida, visões de mundo, práticas sociais no meio urbano. É verdade que isto precisa ser particularizado, não só em relação ao tamanho da cidade mas em função da sociedade abrangente. Parece-nos que o problema básico gira em torno do grau e tipo de especialização da divisão social do trabalho, embora isto não deva ser percebido mecanicamente. Acreditamos que diferentes práticas sociais têm possibilidades de gerar diferentes representações da realidade social, abrindo a possibilidade de serem distinguidas visões de mundo e estilos de vida particulares. O trabalho, certamente, é uma prática fundamental, mas a existência de outras que possam ser cruciais não pode ser desprezada. O fato de que na cidade coexistem práticas sociais muito diferentes, com suas respectivas mundivisões, tem levado a certas distorções. Assim, por exemplo, pensa-se em uma série de áreas geográficas caracterizadas por subculturas particulares. A ilustração mais flagrante seria a favela, que tem sido tradicionalmente vista como uma zona geo-ecológica "especial" da cidade. Não são poucos os trabalhos que se referem "à favela" como um todo homogêneo, indiferenciado.

Mas aqui toma-se o aparente pelo real. Não há dúvida de que se pode identificar, até mesmo visualmente, uma favela. Nem se pode negar que, como qualquer outra área urbana, a favela apresenta formas de organização social que lhe são próprias. Mas perde-se de vista o fato de que, do ponto de vista ecológico, as favelas

são muito diferenciadas entre si, assim como a diferenciação interna de cada favela é também imensa¹⁰.

Não se podem identificar práticas sociais distintas ao nível geo-ecológico. Suas bases têm que ser fundamentalmente encontradas na inserção dos diversos grupos no processo de produção. Não é correto falar de uma subcultura da favela, assim como falar de uma subcultura de Ipanema, como vem sendo tradicionalmente feito a nível do senso comum. Lá como aqui coexistem práticas sociais as mais diferentes, exatamente porque a diferenciação interna de qualquer zona geo-ecológica é muito grande. E isto porque a cidade não é um amálgama de áreas geograficamente determináveis, mas antes um setor altamente diferenciado da organização da produção. É claro que além desta existem outras dimensões da vida social capazes de gerar sistemas diferenciados. É em torno disso que se deve pesquisar o problema do individualismo na cidade. Daí ser importante fazer perguntas sobre a estratégia de vida individual e os recursos materiais e simbólicos à disposição dos diferentes grupos sociais. Assim, embora não encontremos o parentesco organizado em termos de grupos corporativos clássicos, isto não anula sua importância na vida das pessoas. É essencial contar com os parentes que vão desempenhar papéis cruciais nos seus *networks*. Estas redes de relações adquirem significado, na medida em que estão "ego centradas"¹¹. É a partir de *ego* e não de um grupo como um clã, uma linhagem etc., que se pode perceber a lógica e consistência da maioria das ações que envolvem parentes. Isto, no entanto, não nos parece indicar a existência de um sistema social urbano que estimula o individualismo em oposição ao mundo rural comunitário. Trata-se sim da difusão de um estilo de vida associado às formas de organização industrial da produção. As cidades podem constituir-se nos *locus* onde estes processos se realizam com maior evidência mas fazem parte de processo no nível da sociedade global, atuando também sobre o campo, alterando formas de sociabilidade tradicionais. As-

¹⁰ Ver, entre outros, LEEDS, Anthony. "The significant variables determining the character of squatter settlements". In: *América Latina*, Ano 12:3, julho-setembro, 1969; MACHADO DA SILVA, L. A. "A política na Favela". In: *Cadernos Brasileiros*. Ano IX:3, maio-junho, p. 35-47; MEDINA, Carlos Alberto de. "A favela como uma estrutura atomística: elementos descritivos e constitutivos". In: *América Latina*. Ano 12:3, julho-setembro, 1969.

¹¹ Ver MITCHELL, Clyde. (org.) *Social networks in urban situations*. Manchester University Press, 1969, esp. os artigos de Mitchell e Epstein.

sim, quando Clyde Mitchell nos seus estudos africanos¹² preocupa-se com as mudanças que ocorrem no comportamento dos indivíduos que ingressam num *sistema social urbano*, parece-nos cair na mesma armadilha da dicotomia tradicional. No caso, o referido autor desenfatura o *rural*, falando em *tribal*. Mas ao insistir na especificidade do urbano enquanto sistema social, corre o risco de superar apenas parcialmente o dilema ao admitir *dois* processos. O que estamos sublinhando é a necessidade de integrar a problemática urbana ao processo social global, de vê-la como particularização de mecanismos que operam em nível mais geral. É por isto que falar em *política urbana* muitas vezes pode levar a raciocínios e decisões imperfeitos. Usamos aqui a expressão política urbana no sentido de “planificação urbana” tal como se encontra em Castello¹³. Não negamos, entretanto, a existência de certos movimentos, de natureza política, mais ou menos espontâneos, em que a mobilização é função direta de certos fenômenos típicos da cidade¹⁴. Exemplo disto são os “quebra-quebra” de bondes, trens, barcas etc., ocorridos em diversos momentos, no Rio de Janeiro. Outro exemplo, este um tanto mais problemático, seria o dos movimentos de favelados. Dizemos mais problemático, no sentido de que está associado não apenas à organização ecológico-espacial da cidade, mas também ligado à questão de propriedade da terra, o que os aproximaria de certos movimentos camponeses¹⁵.

Não deixamos de reconhecer que é fundamental para as Ciências Sociais valorizar a importância do local e da organização do espaço na vida social. A contribuição de Simmel neste particular é imensa, ao analisar os tipos específicos de interação que se desenvolvem na grande metrópole¹⁶. Parece-nos fundamental, no entanto, enfatizar as relações existentes entre esses estilos de sociabilidade e interação com a organização social da produção. Caso contrário, corre-se o risco de qualificar como *urbanos* fenômenos ou processos que não estão necessariamente determinados pela orga-

12 MITCHELL, Clyde. “Theoretical orientations in african urban studies”. In: BANTON, Michael, (org.) *The Social Anthropology of complex society*. Tavistock Publications, 1969.

13 Ver CASTELLS, Manuel. *Op. cit.*

14 Ver CASTELLS, Manuel. *Luttes urbaines et pouvoir politique*. Paris, Maspéro, 1973.

15 Ver HOBBSAWN, Eric. “Peasant land occupations”. In: *Past and present* (62) February 1974.

16 SIMMEL, Georg. “A metrópole e a vida mental”. In: VELHO, O (org.) *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

nização social do espaço. Assim, não nos parece que o problema seja a passagem dos indivíduos de uma ordem tribal, rural, tradicional para uma ordem urbana, como se estivessem passando de um sistema para outro. O fenômeno de *urbanização* da sociedade em termos de difusão de um estilo de vida “moderno”, individualista, vai afetar todos os grupos sociais. Isto, por sua vez, associa-se às transformações que ocorrem nas formas de produção, no relacionamento entre os principais grupos sociais, classes, estratos etc.

É importante perceber que estes diferentes grupos sociais que sofrem o impacto das transformações econômicas, tecnológicas etc., que afetam a sociedade como um todo, não vão ter uma reação uniforme. Assim a desagregação de laços comunitários não pode ser vista como inevitável por mais que um estilo de vida individualista possa aparecer como dominante em certas camadas sociais. Isto vai depender não só do lugar ocupado pelos grupos no processo de produção mas também — e em função delas —, de uma série de outras características culturais como tradições religiosas, origem regional etc. A maior ou menor facilidade de acesso aos recursos, a escassez relativa, a distância física e social dos centros de poder, tudo isto concorre para um acentuado processo de diferenciação. Tanto no campo como na cidade encontraremos uma grande heterogeneidade de situações.

Um ponto que merece ser examinado é do conceito de *racionalidade* que tem sido utilizado para avaliar o grau de urbanização dos grupos sociais. Desde Simmel¹⁷ fala-se no “intelectualismo” do *urbanita* e a idéia de laicização da cidade oposta ao misticismo do campo está bem presente no contínuo folk-urbano de Redfield¹⁸. Assim, não só haveria um esvaziamento das relações primárias no meio urbano — vide o caso do parentesco — como a impessoalidade das relações estaria associada a uma “objetividade” racionalista e ao desenvolvimento de estratégias individualistas baseadas no cálculo. O caso brasileiro parece bem interessante para testar essa linha de raciocínio. É fato público o constante crescimento da umbanda e do protestantismo nas grandes cidades brasileiras, envolvendo, basicamente, camadas baixas e médias baixas da população. Como explicar este fenômeno?

¹⁷ Ver SIMMEL, Georg. *Op. cit.*

¹⁸ REDFIELD, R. “The society”. *American Journal of Sociology*, January, 1947; *The folk culture of Yucatan*. University of Chicago Press, 1941.

A noção de que soluções místicas são típicas de áreas rurais também não resiste a qualquer teste. Importa verificar que tanto no campo como nos centros urbanos a ênfase no misticismo é uma possibilidade. Em trabalhos recentes fica patente a importância para os habitantes das grandes cidades brasileiras dos símbolos expressos em terreiros de umbanda ou em certos rituais protestantes (Adventistas, Pentecostais) ¹⁹. O fato de as pessoas procurarem essas religiões com objetivos expressos de procura de resolução de problemas individuais — desemprego, doença, casos de amor etc. ²⁰ — não pode apagar o fato de participarem, com maior ou menor intensidade e freqüência, de rituais com fortes características comunitárias. A própria eficácia destas religiões dependerá, de acordo com as representações dos grupos, da intensidade de participação nos rituais. Embora existam obrigações de caráter individual, o ponto de referência central é o encontro dos fiéis. É importante salientar que as pessoas que freqüentam terreiros de umbanda não são necessariamente freqüentadoras exclusivas deste culto. A ida à Igreja, a procura do médico e a própria preocupação de adequar-se para lutar pela sobrevivência, como a preocupação com a educação, são alternativas instrumentais permanentes. Nada indica que exista uma tendência para o abandono progressivo do “misticismo” e um reforço do “racionalismo”. É bom lembrar o grande crescimento de diferentes tipos de seitas e religiões nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, especialmente nos grandes centros urbanos. Ou seja, a alfabetização, o ensino universal, a educação universitária, o “desenvolvimento” não excluem este fenômeno. Mais ainda, mostram como os indivíduos podem desempenhar diferentes papéis, mesmo os aparentemente mais contraditórios. Um médico pode ser pai-de-santo, um engenheiro ser adepto da astrologia etc. Eis aí um ponto interessante para contextualizar na cidade. Embora em nenhuma sociedade seja possível falar de um indivíduo desempenhando exclusivamente um papel, a grande metrópole contemporânea oferece características peculiares. Não estamos mais falando de “urbano” em

¹⁹ Ver VELHO, Yvonne M. A. *Guerra de Orixá, um estudo de ritual e conflito*. Zahar. 1975 e ROCHA, Wagner Neves. *O sábado e o tempo*, ambas teses de mestrado apresentadas no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional. Sabemos também de trabalhos em andamento no conjunto de Antropologia da Universidade de Campinas, como as pesquisas de Peter Fry, Gary Howe e Maria José de Sousa.

²⁰ VELHO, Yvonne M. A. *Op. cit.*, esp. cap. IV.

geral. Isto porque na cidade pré-industrial de Sjoberg²¹, por exemplo, ou mesmo na pequena cidade contemporânea, embora as pessoas desempenhem papéis diferentes, estes são, em princípio, conhecidos pelo grupo social inclusivo. A rotina da cidade do interior consiste, exatamente, nisso. As expectativas são cumpridas cotidianamente. Sabe-se que o dono do armazém vai à igreja todo domingo, joga sinuca toda quinta-feira com as mesmas pessoas, é casado, tem tantos filhos etc. Mesmo suas atividades mais clandestinas são, basicamente, controladas. É difícil esconder, por muito tempo, de todos os conhecidos, uma ligação, um hábito etc. Sem dúvida, na metrópole existem pessoas que vivem dentro de esquemas semelhantes em áreas da cidade habitadas por grupos sociais cujo estilo de vida implique neste tipo de rotina. É óbvio que nem todos os *urbanitas* têm as mesmas possibilidades de usufruir uma liberdade de ir e vir irrefreada, deslocando-se de meio social para meio social ao seu bel-prazer. Afinal de contas trata-se de uma sociedade estratificada com fronteiras internas bem marcadas. Mas o caráter altamente diferenciado da organização da produção nas grandes cidades da sociedade industrial, com o seu gigantismo paralelo, vai gerar a possibilidade de um *anonimato relativo* que parece ser peculiar. Seria ilusório atribuir esta característica ao fenômeno urbano em si. As cidades das sociedades escravocratas, feudais etc., não só pela menor diferenciação da organização da produção, como pelo tamanho, tipo de organização espacial, neste ponto não difeririam tanto da situação do campo. O que seria característico, então, da grande metrópole é a possibilidade de desempenhar papéis diferentes em meios sociais distintos, não coincidentes e, até certo ponto, estanques. Isto é o que seria o *anonimato relativo*²². Não seria absoluto, exatamente porque a própria mobilidade que, de um lado, favorece o deslocamento do indivíduo entre diferentes meios sociais, dificulta a existência de áreas exclusivas. O estudo do chamado comportamento desviante mostra essa ambigüidade de identidade que faz com que a pessoa na grande metrópole assuma papéis que podem ser alvo de violenta discriminação em certos domínios, mas que encontrem situações e lugares onde possam ser desempenhados com relativa segurança. Mas a possibilidade de ser "descoberto" ou "desmascarado" existe mesmo nos locais mais fechados ou exclusi-

21 SJOBERG, G. *The pre-industrial city*. Glencoe, Il., Free Press, 1960.

22 Sobre anonimato e rotina ver os trabalhos de Erving Goffman, esp. o 2.º capítulo de *Estigma, notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, Zahar, 1974.

vos. É o caso de bares e clubes de homossexuais, alvo da curiosidade dos "normais" que podem surpreender amigos, conhecidos e parentes em situações consideradas *desabonadoras*. Trata-se, portanto, de uma situação tensa mas que permite maior margem de manobra para as pessoas. Esta é a "liberdade" que aparece, por exemplo, no discurso das pessoas que querem deslocar-se para a Zona Sul do Rio de Janeiro, contrapondo-a a ambientes mais fechados de cidades do interior ou da Zona Norte²³. Ou então no discurso dos referidos desviantes que vêem na grande metrópole a possibilidade de não serem tão discriminados²⁴.

Embora este *anonimato relativo* seja mais expresso nas grandes metrópoles é preciso compreendê-lo como dimensão de um estilo de vida que não é determinado pela vida urbana *per se*. Esta é mediadora entre as formas de organização social da produção e as biografias individuais. A cidade expressa, portanto, um tipo de organização sócio-espacial, característico de um sistema social abrangente, que pode variar em suas configurações. Logo, é preciso não cair num determinismo mecanicista que ignore as possibilidades e alternativas que se oferecem aos habitantes dos centros urbanos. Faz parte da própria estrutura de funcionamento da metrópole a diversidade de atividades. Nestes termos faz sentido falar em heterogeneidade e densidade. Estas, enquanto produto de uma atividade social e não enquanto fenômenos ecológicos que tenham uma lógica própria, podem ser percebidas como fatores cruciais para as opções dos indivíduos e grupos sociais. Associados à mobilidade vão permitir o *anonimato relativo* a que nos referimos acima e, mais ainda, vão permitir diversificação de estilos de vida não só entre as classes sociais mas dentro destas. Sem dúvida as possibilidades de opção não se colocam igualmente para todos os grupos sociais, mas por menores que sejam há sempre uma margem de manobra que cria um mínimo de heterogeneidade. No caso da grande cidade brasileira, há uma série de atividades que podem tornar-se centrais na vida de diferentes camadas sociais, que estão ligadas ao que se costuma definir como lazer. Assim o futebol, a escola de samba, o jogo do bicho, o bar, a boêmia em geral²⁵ servem de foco para

23 VELHO, Gilberto. *Opus cit.*, esp. cap. IV.

24 Ver o trabalho inédito de Carmem Dora Guimarães, no Mestrado de Antropologia Social do Museu Nacional, "O homossexual visto por entendidos".

25 Sem dispor de maiores informações sobre outros trabalhos, podemos indicar as pesquisas em andamento de Simoni Lahud Guedes sobre futebol e de Angela Maria Tygel sobre uma roda boêmia ligada à mú-

o desenvolvimento de grupos com práticas e representações peculiares. Nem sempre essas clientelas provêm de uma única classe, dando margem à formação de *networks* que cortam transversalmente a estratificação social. Como já foi dito, a prática religiosa com suas diferentes manifestações, como o catolicismo, o protestantismo em geral, a umbanda, o espiritismo, também vai ser elemento fundamental na organização das relações sociais dos grupos urbanos. É preciso lembrar que os indivíduos podem ver estes domínios como alternativos ou como complementares. Assim, no Rio de Janeiro ser torcedor de futebol do Flamengo e ser adepto da Mangueira como escola de samba pode servir para identificar um tipo social. Da mesma forma, ser umbandista e jogar no bicho pode ser fundamental para compor a visão de mundo de um grupo. Há *n* possibilidades de combinação que, embora solidamente condicionadas pela posição dos indivíduos na estratificação social, não se esgotam aí, permitindo inclusive o desenvolvimento de mecanismos de conciliação social. A participação nestes domínios, o local de moradia, evidentemente o tipo de trabalho etc., vão permitir a estruturação de subuniversos que não são imediatamente distinguíveis devido ao caráter nem sempre muito nítido de seus limites. Uma das maiores dificuldades da ciência social no meio urbano contemporâneo é justamente ter de lidar com grupos cujos contornos são, por definição, instáveis. Isto não significa que esta instabilidade não tenha a sua lógica, e qualquer tentativa de definir, aprioristicamente certas características como essenciais pode levar a reificação de conceitos. Assim parece-nos importante que nossas hipóteses sejam flexíveis para poder decifrar o aparente caos da vida urbana. Com esta perspectiva estaremos mais aptos a detectar padrões e regularidades, enriquecendo o corpo teórico de nossas disciplinas.

sica popular brasileira. Já foi publicada a tese de Maria Júlia Goldwasser *O palácio do samba*, Zahar, 1975, sobre a escola Estação Primeira da Mangueira. Em vias de publicação pela Editora Vozes temos a tese de José Savio Leopoldi também sobre escola de samba. Todos esses trabalhos foram realizados por alunos do Museu Nacional; ver, também, de MACHADO DA SILVA, L. A. "O significado do botequim". In: *América Latina*. Rio de Janeiro, Ano 12:3, julho-setembro, 1969.

²⁶ Ver, também, dentro desta linha de preocupação, CARDOSO, Ruth e DURHAN, Eunice. "A investigação antropológica em áreas urbanas". In: *Revista de Cultura Vozes*, n.º 2, 1973.